

Demonstrações Financeiras

Aquaervas - Águas de Elvas, S.A.

31 de Dezembro de 2011

Demonstrações Financeiras

Aquaervas - Águas de Elvas, S.A.

31 de Dezembro de 2011

Demonstrações Financeiras

Aquaervas - Águas de Elvas, S.A.

31 de Dezembro de 2011

Índice

Certificação Legal das Contas

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Demonstração Fluxos de Caixa

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Relatório de Gestão

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 3.439.242,12 Euros e um total de capital próprio de 37.062,02 Euros, incluindo um resultado líquido de 953,15 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

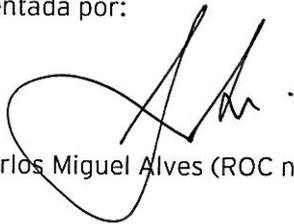
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



M
r

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
CONJUNTURA ENVOLVENTE.....	5
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	5
1. RUBRICAS DO PLANO DE INVESTIMENTOS EXECUTADAS.....	5
2. RUBRICAS DO PLANO DE INVESTIMENTOS EM EXECUÇÃO.....	6
2.1. Telecomando e Telecontrolo	6
2.2. Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável.....	6
2.3. Acondicionamento das Instalações de Água Potável	6
2.4. Acondicionamento dos Poços e Furos.....	6
2.5. Acondicionamento das Diferentes EBAP.....	7
2.6. Sectorização	7
2.7. Renovação de 100% do Parque de Contadores	7
2.8. Saneamento da Linha do Hospital	7
2.9. Saneamento Av. da Piedade, Estrada de Santa Rita e Av. António Sardinha	7
3. OUTROS TRABALHOS E MELHORIAS FORA DO PLANO DE INVESTIMENTOS	8
3.1. Limpeza de Reservatórios de Água Potável	8
3.2. Reforço do Abastecimento ao Bairro Olival do Moreno.....	8
3.3. Reforço do Abastecimento ao Bairro Vilas Aqueduto	8
3.4. Plano de Redução de Fugas	8
3.5. Substituição de Conduta na Rua do Património - Fonte Nova	8
3.6. Substituição de Colector de Saneamento Junto a Ribeira do Can-Cão.....	9
3.7. Substituição de Colector de Saneamento Junto a Telefac.....	9
3.8. Desratização e Desbaratização.....	9
4. ASPECTOS TÉCNICOS	9

4.1	Qualidade da Água Distribuída	9
4.2	Volumes de Água Comprada e Captada	9
4.3	Volume Facturado por Tipo de Utilizador	9
4.4	Intervenções na Rede de Água Potável	10
4.5	Intervenções na Rede de Saneamento de Águas Residuais	10
5.	INVESTIMENTO	10
	BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA	11
	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	13
	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE	13
	DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL	14
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	15
	AGRADECIMENTOS	15
1.	NOTA INTRODUTÓRIA	20
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	20
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	20
3.1.	ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA	20
3.2.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	22
3.3.	ACTIVOS INTANGÍVEIS	22
3.4.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	22
3.5.	INVENTÁRIOS	23
3.6.	RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	23
3.7.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
3.8.	RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS	24
3.9.	PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	24
3.10.	ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS	25
3.11.	EVENTOS SUBSEQUENTES	25
3.12.	GESTÃO DO RISCO	25

M
r

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS	25
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	25
5. PARTES RELACIONADAS	26
6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	26
7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	27
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES.....	28
9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
10. FINANCIAMENTOS	29
11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES	29
12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	30
13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	30
14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	30
15. CUSTOS COM O PESSOAL	31
16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31
17. OUTROS GASTOS E PERDAS	32
18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	32
19. RESULTADOS FINANCEIROS	32
20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	33
21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS	33
21.1 ACTIVOS CONTINGENTES.....	33
21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS.....	33

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Actividade reportada ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011

e sua comparação com a do período homólogo de 2010

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2011.

A aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas.

A aquaelvas assumiu, como seu objectivo principal, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

A aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., é uma empresa participada a 100% pela aqualia, Gestion Integral Del Agua, S.A., que por sua vez é a empresa para a actividade da água do grupo FCC, Fomento de Construcciones e Contratas.

A 11 de Setembro de 2008, foi celebrado com o Município de Elvas, por um período de 30 anos, o Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas.

Em 1 de Maio de 2009, iniciou-se formalmente a actividade da aquaelvas enquanto gestora do serviço de águas e de saneamento.

Com a capacidade e o know-how do seu accionista, a aquaelvas apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A aquaelvas dedica-se exclusivamente à Exploração e Gestão do Sistema Público de Distribuição de Água Potável e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, significando isto que, na vertente técnica, se dedica à gestão dos reservatórios em baixa, gestão dos grupos hidropressores, gestão da rede de água potável em baixa e gestão da rede de saneamento em baixa.

A gestão da aquaelvas assenta essencialmente na manutenção e conservação, melhoria contínua das condições actuais e construção das novas infra-estruturas.

Na vertente comercial, o princípio subjacente é o da focalização no utilizador (Cliente).

CONJUNTURA ENVOLVENTE

2011 poderá ser considerado o ano em que foi desencadeado o processo de ajustamento da economia portuguesa que, entre outras consequências, acarretou uma desalavancagem muito marcante do sector privado.

A crise da dívida soberana europeia, que deverá fazer parte do contexto macroeconómico, apesar da perspectiva optimista do FMI, representa um risco para a evolução económica regional, inclusive com potencial para afectar a económica global caso não seja desenvolvida uma solução ampla e compreensiva por parte das autoridades europeias.

A este respeito, deve salientar-se o risco decorrente de uma ligação demasiado próxima entre instituições financeiras e o comportamento do prémio de risco soberano.

Presentemente vivemos um período de forte contracção da procura interna e as perspectivas para a economia portuguesa, mesmo para o futuro mais próximo, revestem-se de um elevado grau de incerteza, influenciado ainda, externamente, pela grave crise da dívida soberana e pela própria desaceleração da economia global.

A acentuada contracção registada durante o ano de 2011 na economia portuguesa deverá, segundo todos os indicadores disponíveis, prolongar-se, e mesmo agravar-se durante o ano de 2012.

A significativa quebra da procura interna potenciada pela perspectiva de um tendencial abrandamento do consumo dos privados, condicionará ainda mais a situação nada favorecida pelos factores exógenos decorrentes das situações vividas nas grandes economias.

Adicionalmente, o impacto sobre a procura interna, quer das medidas de consolidação orçamental quer das medidas de natureza estrutural a implementar pelo governo português, está envolto em grande incerteza, tanto no que diz respeito à sua magnitude como ao seu perfil temporal.

Em particular, as medidas de consolidação orçamental implicam uma contração sem precedente do rendimento disponível, num contexto em que as condições de financiamento permanecerão restritivas, sendo particularmente difícil antecipar o seu impacto sobre as decisões de despesa das famílias e empresas.

PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Elvas, rubrica de referência na actividade corrente da aquaelvas, o mesmo apresentava no final do ano de 2011 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:

1. Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos que se encontravam totalmente executadas no final do ano de 2011 são:

- Reforço das zonas do Bairro de São Pedro, Carvalha e Revoltinho;
- Condução da Boa Fé (Rua da Nossa Senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais);
- Condução da Calçadinha;
- Colector Geral da Ribeira do Cêto;
- Acondicionamento das diferentes EBAR;
- Adução a São Lourenço;
- SIG.

2. Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

2.1. Telecomando e Telecontrolo

No final do ano de 2011 a rubrica de Telecontrolo e Telegestão contava já com 23 instalações controladas, perfazendo um investimento efectuado de cerca de 73% do total.

O investimento estará concluído no final do 3º ano de Concessão, mais precisamente em Maio de 2012.

2.2. Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável

As intervenções prioritárias para o bom e correcto funcionamento dos depósitos foram executadas de imediato, tendo desde então sido realizadas diversas melhorias nos mesmos.

Este investimento terminou 2011 com uma percentagem de execução de 73%. Preve-se que este investimento esteja concluído no final do 3º ano de Concessão.

2.3 Acondicionamento das Instalações de Água Potável

Foram realizadas diversas melhorias nas instalações de água potável, estando a fase de acabamento concluída em cerca de 73% no final 2011

Preve-se que este investimento esteja concluído no final do 3º ano de Concessão.

2.4 Acondicionamento dos Poços e Furos

A percentagem de execução deste investimento no final de 2011 foi de cerca de 74%.

Faltam executar até final do 3º ano de Concessão, por forma a dar por terminado este investimento, algumas melhorias de construção civil e serralharia nos locais dos poços e furos existentes.

Foram já praticamente executados todos os trabalhos de electricidade, electromecânica, colocação de válvulas e de contadores de água e substituição de bombas existentes.

M
2

2.5 Acondicionamento das Diferentes EBAP

Este investimento encontra-se dependente dos trabalhos realizados e a realizar nas rubricas de Sectorização e Telecontrolo e Telegestão, uma vez que a sequência de trabalhos depende em primeiro lugar das zonas de abastecimento definidas, e após estas, da verificação ou adaptação dos estações elevatórias a instalar, a recuperar ou a alterar.

No final de 2011 a percentagem de execução era de cerca de 74%. Visto já estarem bem definidas as zonas de abastecimento, este investimento deverá dar-se por terminado durante o 3º ano de Concessão.

2.6 Sectorização

Devido à complexidade e antiguidade da rede de abastecimento de água do Concelho de Elvas, foi necessário, em diversas zonas, realizar primeiramente o cadastro da rede e a a sua modelação matemática.

A partir desse ponto começaram a definir-se as zonas diferenciadas de abastecimento, colocando-se válvulas e contadores de sector, conforme as zonas de abastecimento consideradas.

No final de 2011 a percentagem de execução era de cerca de 64%, prevendo-se que a mesma estará finalizada durante o 3º ano de Concessão.

2.7 Renovação de 100% do Parque de Contadores

Até ao ano de 2011 foram trocados um total de 6.633 contadores (53%) dos 12.592 existentes na rede de abastecimento de Elvas.

A tarefa de troca de contadores é agora mais complicada, uma vez que a maioria dos contadores a substituir, se encontram no interior das habitações, sendo muitas destas casas desabitadas durante a maior parte do ano e muitas delas localizadas na Freguesias Rurais do Concelho de Elvas.

2.8 Saneamento da Linha do Hospital

Em Fevereiro de 2011 deu-se início à execução desta obra, tendo sido interrompida provisoriamente, para conciliar a mesma com a obra existente na 4ª fase da Circular a Elvas

No final de 2011 a percentagem de execução era de cerca de 50%.

2.9 Saneamento Av. da Piedade, Estrada de Santa Rita e Av. António Sardinha

Este investimento estava previsto realizar-se no 2º ano da concessão, mas por necessidade de verificação do estado actual do colector, agendou-se o começo da mesma para o início de 2011.

No final de 2011 a percentagem de execução desta obra era de cerca de 45%.

M
K

3. Outros Trabalhos e Melhorias Fora do Plano de investimentos

3.1 Limpeza de Reservatórios de Água Potável

A rede de abastecimento de água em baixa no Concelho de Elvas, tem um total de 19 reservatórios de água potável, os quais totalizam um total de 17.280 m³ de capacidade (o equivalente a mais de 3 dias de consumo total do Concelho).

As limpezas dos reservatórios de água potável consistem, depois dos mesmos estarem despejados, na remoção de lamas e areias, manualmente e através do auxílio de um camião de limpeza. Seguidamente é efectuada a desinfecção e limpeza dos mesmos com produtos próprios para depósitos de águas para consumo humano.

3.2 Reforço do Abastecimento ao Bairro Olival do Moreno

Reforço de abastecimento de água ao Bairro do Olival do Moreno, através de uma nova conduta ligada à linha da Conceição (Quinta do Paraíso).

Este reforço permitirá, caso seja necessário abastecer o Bairro da Boa-Fé, visto ter-se fechado esta malha entre as duas zonas de abastecimento.

3.3 Reforço do Abastecimento ao Bairro Vilas Aqueduto

Reforço de abastecimento de água ao Bairro do Olival do Moreno, através de uma nova conduta ligada à linha do Bairro Europa.

Este reforço permitirá, caso seja necessário abastecer o Bairro Europa, visto ter-se fechado esta malha entre as duas zonas de abastecimento.

3.4 Plano de Redução de Fugas

Realização de várias intervenções, tendo como objectivo a redução de fugas e procura de fraudes, trabalho que consiste em relacionar zonas de consumo e facturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas.

Perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico, diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar a articulação desta melhoria com a de sectorização e Telecontrolo e Telegestão, permitindo delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários e volumes colocados nas mesmas.

Foram verificados os 145km de rede de abastecimento existentes no Concelho de Elvas, bem como possíveis fugas nos ramais.

Em resultado deste trabalho assistiu-se um aumento bastante significativo do rendimento da rede de abastecimento, passando de um rendimento de 56% em Maio de 2009, para um rendimento de 72% no final do ano de 2011 .

3.5 Substituição de Conduta na Rua do Património - Fonte Nova

Substituição de conduta antiga e ramais em chumbo na Rua do Património, na Fonte Nova.

M
K

3.6 Substituição de Colector de Saneamento Junto a Ribeira do Can-Cão

Substituição de colector de saneamento que se encontrava completamente assoreado por terras e areias junto a Ribeira. Foram instalados 60m de novo colector em PVC DN400.

3.7 Substituição de Colector de Saneamento Junto a Telefac

Substituição de colector de saneamento que se encontrava completamente assoreado por terras e areias junto a Ribeira. Foram instalados 50m de novo colector em PVC DN400.

3.8 Desratização e Desbaratização

Em cada ano, são efectuadas 4 intervenções de desratização e 4 de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários.

Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios dá sempre origem a intervenções pontuais nos locais afectados.

4. Aspectos Técnicos

4.1 Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela aquaelvas aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem.

As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2011.

Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

4.2 Volumes de Água Comprada e Captada

Em 2011 o volume de água comprada diminuiu cerca de 17% em relação a 2010.

Os ajustamentos efectuados ao tarifário, bem como a diminuição dos consumos municipais causaram na sua generalidade, um aumento da sensibilidade na utilização deste recurso natural, sendo que em apenas 2 anos, a aquaelvas reduziu a compra de água em mais de 350.000 m³/ano.

Em relação à água captada, a mesma foi, durante o ano de 2011, de 276.445 m³, não sendo possível realizar uma comparação realista com anos anteriores, uma vez que somente este ano foram instalados todos os contadores de medição.

Esta água captada serve para abastecer uma zona de abastecimento ainda não servida pela água em "alta" que é a zona da Calçadinha.

4.3 Volume Facturado por Tipo de Utilizador

O volume facturado por cada tipo de utilizador diminuiu do ano 2010 para 2011.

Esta diminuição foi mais acentuada nos utilizadores não domésticos e municipais, principalmente devido a diminuição de consumos industriais e a maior utilização dos furos para rega por parte do Município.

4.4 Intervenções na Rede de Água Potável

No ano de 2011 o número de intervenções em ramais de abastecimento e em condutas baixou consideravelmente.

Registou-se de 2010 para 2011 uma diminuição de cerca de 33% no número de intervenções na rede de abastecimento, resultado das melhorias efectuadas na rede de abastecimento.

4.5 Intervenções na Rede de Saneamento de Águas Residuais

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais diminuiu cerca de 7 % entre 2010 e 2011.

Esta diminuição deve-se sobretudo a eliminação de problemas crónicos que existiam na rede de saneamento.

5. Investimento

No final do ano de 2011 a aquaelvas totalizou um investimento acumulado desde o início da concessão no valor de 2,589,510.41 euros.

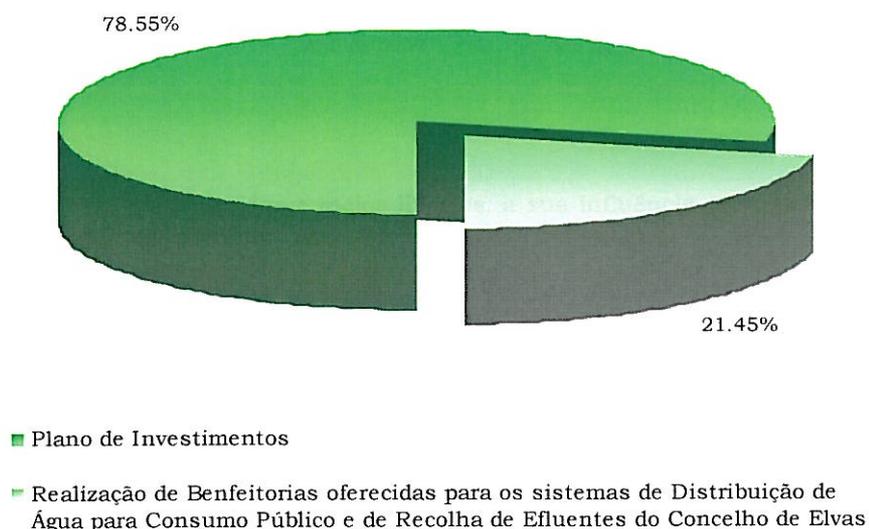
O investimento realizado até ao final de Dezembro de 2011 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138,677.82 €
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais)	57,536.74 €
	Conduta da Calçadinha	328,158.56 €
	Telecomando e Telecontrolo	132,582.31 €
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	29,018.11 €
	Acondicionamento das instalações de água potável	39,500.00 €
	Acondicionamento dos poços/furos	10,639.72 €
	Acondicionamento das diferentes EBAP	51,168.06 €
	Renovação do parque de contadores	231,450.00 €
	SIG	76,144.00 €
	Sectorização	167,045.48 €
	Colector Geral da Ribeira de Cêto	772,020.83 €
	Sub-total	2,033,941.63 €
Realização de Beneficências oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Acondicionamento das diferentes EBAR	70,000.00 €
	Saneamento - Linha do Hospital	378,740.50 €
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	45,000.00 €
	Adução a São Lourenço	61,828.28 €
Sub-total	555,568.78 €	
Total	2,589,510.41 €	

Este ano ficou marcado pela antecipação da execução dos projectos de Saneamento da Avenida Piedade, da Estrada de Santa Rita e da Avenida Antonio Sardinha, e ainda pelo início da execução do Saneamento da Linha do Hospital e pela conclusão da obra da Conduta da Calçadinha.

O investimento em infra-estruturas levado a cabo durante o ano de 2011 no Município de Elvas, foi de cerca de 916,970.77 euros.

Detalhe do Plano de Investimentos a Dezembro de 2011



A aquaelvas é a empresa responsável pela exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água incluindo tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Elvas, e pela execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação das redes de abastecimento de água e saneamento, construção de reservatórios, reabilitação das infra-estruturas e melhoria dos serviços prestados aos munícipes e à melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população de Elvas, através da eliminação de focos de insalubridade pública e da utilização quotidiana de água segundo os padrões nacionais e europeus.

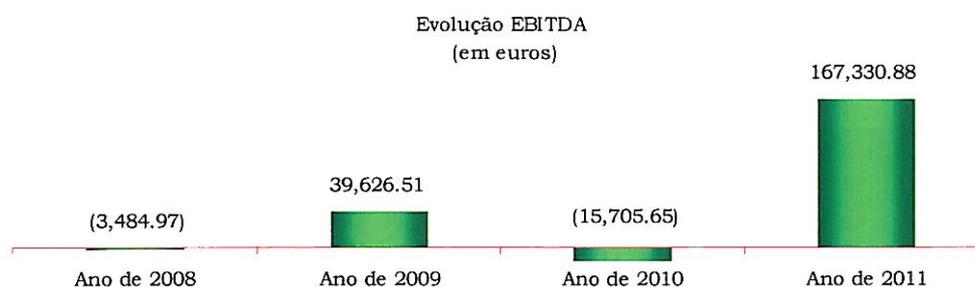
O objectivo estratégico da aquaelvas continua alicercado na continuação da melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, mantendo-se a renovação e remodelação das redes e equipamentos como a primeira prioridade dos investimentos a efectuar.

BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

Relativamente ao ano de 2011, agora findo, a actividade da aquaelvas decorreu de forma regular e dentro das expectativas criadas, não havendo a registar quaisquer factos relevantes de serem mencionados neste relatório.

Sobre aos resultados obtidos pela empresa no período em Dezembro de 2011, estes apresentaram-se aquém das estimativas inicialmente efectuadas.

O Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) representa em 2011 cerca de 8.77% das Vendas e Serviços Prestados pela empresa (corrigidos do efeito da aplicação da IAS 11) contra um valor negativo de 0.78% no ano anterior.



Ao nível dos resultados líquidos e meios libertos, a sua influência e evolução poder-se-á medir através dos seguintes indicadores económicos:

	Ano 2011	Ano 2010
Rentabilidade do Activo Total	(0.10%)	(9.32%)
Rentabilidade dos Capitais Próprios	(10.60%)	(688.00%)
Rentabilidade das Vendas	(0.12%)	(8.32%)
EBITDA	167,330.88	(15,705.65)

Um vez mais, e apesar da actual conjuntura nacional, e das dificuldades naturais da actividade da aquaelvas, os resultados acima mencionados foram conseguidos tendo por base uma gestão criteriosa sobre os custos e proveitos resultantes da actividade normal da empresa.

Relativamente à capacidade da empresa de gerar cashflow a longo prazo, os resultados obtidos no ano que agora finda, apontam para que a aquaelvas consiga, já no ano de 2012, melhorar substancialmente a performance conseguida em 2011.

Independentemente dos resultados acima mencionados, é importante salientar que a aquaelvas continua a efectuar um esforço contínuo para a melhoria da sua performance operacional e de gestão.

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.826 milhões de euros (1.909 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0.917 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), ligeiramente abaixo do estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

A aquaelvas atingiu no ano de 2011, e relativamente à rubrica de Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos o valor de 167,330.88 euros.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) da empresa situou-se em 41,526.08 euros negativos relativamente ao período em análise neste relatório.

Os resultados financeiros da empresa ascenderam a 56,629.47 euros negativos (ver nota 19), apresentando uma performance desfavorável, resultado das necessidades de financiamento,

face aos investimentos a realizar, previstos no contrato de concessão para Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes celebrado com o Município de Elvas.

Os custos financeiros representaram no período em análise 2.00% do total dos proveitos obtidos.

Os resultados negativos antes de impostos, que ascendem a 98,155.55 euros, representam uma melhoria significativa face ao período homólogo de 2010.

	Ano 2011	Ano 2010
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	167,330.88	(15,705.65)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	(41,526.08)	(229,810.33)
Resultado Antes de impostos	(98,155.55)	(245,297.46)
Resultado Líquido do Período	(3,461.74)	(248,428.67)

É importante referir, que apesar dos indicadores acima mencionados apresentarem uma variação negativa face ao estimado inicialmente, a estrutura de custos e proveitos previstos no plano estratégico da aquaelvas para o ano de 2012, revela-nos que o próximo ano marcará de forma definitiva o ponto de viragem necessário à obtenção de resultados positivos na aquaelvas.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

A Administração considera que os resultados obtidos pela actividade da empresa, desde o período em que esta se iniciou formalmente, evidenciam a sua capacidade em gerar resultados estáveis, quer a nível económico-financeiro quer a nível de gestão corrente.

A análise da evolução da actividade dos primeiros meses de 2012, perspectiva com relativo optimismo, a melhoria da situação verificada no período de 2011, tendo em conta a eventual conclusão, até ao início do terceiro trimestre de 2012 da formalização com o Município de Elvas do acordo relativo à revisão do Contrato de Concessão, pela adaptação ao Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto.

No âmbito do Planeamento Estratégico desenvolvido pela aquaelvas, continuam válidos para os anos vindouros os indicadores, objectivos, projectos e mapas estratégicos a seguir apresentados.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos recursos:

- A optimização continua dos Recursos Humanos;
- O incentivar da comunicação interna
- O reforço do espírito de equipa;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos processos:

- A melhoria da eficiência nos processos de gestão contratual associada à promoção da eficácia na gestão;
- O cumprimento do Contrato de Concessão e manutenção das boas relações com a Concedente;
- A implementação continua de processos que visem a aquisição de competências técnicas e eficiência operacional;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente aos nossos clientes:

- A continuação da promoção da excelência na qualidade do serviço e melhoria da vida dos nossos clientes;
- A implementação da imagem aquaelva, através das suas participadas, como alavanca à expansão do negócio;

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à área financeira:

- A maximização da criação de valor e dos Proveitos Operacionais;
- A optimização dos custos de estrutura;
- A obtenção de uma estrutura financeira adequada;
- A obtenção de um quadro de sustentabilidade no longo prazo.

Os objectivos estratégicos, ordenados nas diferentes perspectivas, são relativamente à nossa missão:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- A garantia uma adequada Qualidade da Água distribuída;
- A contribuição para o desenvolvimento local
- A promoção da integração da aquaelvas na comunidade local.

Pelo mencionado anteriormente, a administração da aquaelvas considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela empresa poderão e serão com toda a certeza melhorados, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da performance em geral.

Perspectiva-se desta forma, com reservado optimismo, a evolução da mesma durante o ano de 2012, tendo em conta a análise da actividade.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a -3,461.74 euros, seja dada a seguinte aplicação:

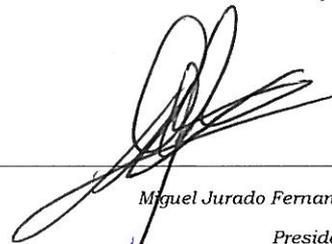
- Para Resultados Transitados: -3,461.74 euros

AGRADECIMENTOS

A administração da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Elvas, aos 31 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Miguel Jurado Fernandez
Presidente



Roberto Pérez Muñoz
Vogal

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	89,975.97	110,533.28
Activos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	2,503,063.57	1,672,539.64
Activos por impostos diferidos	3.4	110,088.13	
sub-total		2,703,127.67	1,783,072.92
Activo corrente			
Inventários	3.5	29,150.59	34,191.20
Clientes	3.7 ; 8	534,364.31	539,556.83
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 7	10,918.17	816.11
Outras contas a receber	3.7 ; 8	136,713.25	107,058.67
Diferimentos	4	4,191.14	1,684.46
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 9	17,391.90	197,882.71
sub-total		732,729.36	881,189.98
Total do activo		3,435,857.03	2,664,262.90
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.6	50,000.00	50,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	3.6	352,000.00	352,000.00
Resultados transitados	3.6	(365,891.13)	(117,462.46)
Resultado líquido do período	3.6	(3,461.74)	(248,428.67)
Total do capital próprio		32,647.13	36,108.87
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.7 ; 10		923,299.19
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	427,526.70	321,185.26
sub-total		427,526.70	1,244,484.45
Passivo corrente			
Fornecedores	11	590,116.96	397,078.51
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 7	27,201.87	31,094.78
Financiamentos obtidos	3.7 ; 10	1,590,690.11	
Outras contas a pagar	3.7 ; 11	767,674.26	955,496.29
sub-total		2,975,683.20	1,383,669.58
Total do passivo		3,403,209.90	2,628,154.03
Total do capital próprio e do passivo		3,435,857.03	2,664,262.90

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 12	2,825,511.12	2,985,085.78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 13	(617,280.51)	(771,199.92)
Fornecimentos e serviços externos	14	(1,684,730.75)	(1,793,221.09)
Gastos com o pessoal	15	(380,769.10)	(372,265.01)
Outros rendimentos e ganhos	16	43,916.55	1,467.46
Outros gastos e perdas	17	(19,316.43)	(65,572.87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		167,330.88	(15,705.65)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	(208,856.96)	(214,104.68)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(41,526.08)	(229,810.33)
Juros e rendimentos similares obtidos	18		37.10
Juros e gastos similares suportados	19	(56,629.47)	(15,524.23)
Resultado antes de impostos		(98,155.55)	(245,297.46)
Imposto sobre o rendimento do período	20	94,693.81	(3,131.21)
Resultado líquido do período		(3,461.74)	(248,428.67)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

RUBRICAS	Unidade monetária (1)	
	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1,921,653.96	3,144,871.52
Pagamentos a fornecedores	(1,223,057.82)	(2,500,553.85)
Pagamentos ao pessoal	(364,185.83)	(270,686.42)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(6,281.80)	4,098.19
Outros recebimentos/pagamentos	(18,196.83)	(961,541.06)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	309,931.68	(583,811.62)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	4,488.95	(1,515.52)
Activos intangíveis	(1,115,504.85)	(987,044.71)
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento		1,345.42
Juros e rendimentos similares		37.10
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(1,111,015.90)	(987,177.71)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	569,579.47	923,299.19
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		352,000.00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(46,797.52)	(15,524.23)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	522,781.95	1,259,774.96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(278,302.27)	(311,214.37)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	197,882.71	509,097.08
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(80,419.55)	197,882.71

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (1)										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	50.000,00	352.000,00							(117.462,46)	(248.428,67)	36.108,87
Aplicação de Resultados									(248.428,67)	248.428,67	
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio									(365.891,13)		36.108,87
Resultado líquido do período									(3.461,74)	(3.461,74)	(3.461,74)
Posição no fim do período									(365.891,13)	(3.461,74)	32.647,13

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Unidade monetária (1)										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Acções (quotas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de activos fixos	Ajustamentos ao valor de activos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período	50.000,00								(3.484,97)	(113.977,49)	(67.462,46)
Aplicação de Resultados									(113.977,49)	113.977,49	
Entrada de Prestações Suplementares		352.000,00									352.000,00
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio									(117.462,46)		284.537,54
Resultado líquido do período										(248.428,67)	(248.428,67)
Posição no fim do período									(117.462,46)	(248.428,67)	36.108,87

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

OBSERVAÇÕES ÀS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO:

- (a) Linha relativa aos movimentos resultantes dos ajustamentos relativos à data do balanço inicial / "de abertura", na transição para o referencial contabilístico IAS/IFRS, ou para as futuras NCRF, em cumprimento da IFRS 1.
- (b) Linha relativa a movimentos por alterações de políticas contabilísticas que, nos termos da IAS 8, se repercutam directamente no capital próprio.
- (c) Linha destinada à evidência de movimentos de transição dentro das rubricas de capital próprio, que não sejam mostrados ou incluídos noutras linhas.
- (d) Linha destinada a evidenciar movimentos nas rubricas de "Interesses minoritários", reflectidas em resultados líquidos do período ou directamente em rubricas de capitais próprios, distinguindo-os da coluna com o mesmo nome, que

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, n.º 12 em Elvas, constituída em 04 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 2008.

Tem como actividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas incluindo esta, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infra-estruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da aquaelvas, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num

contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infra-estrutura já edificada pelo município, a construção de novas infra-estruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infra-estruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o pleno usufruto das infra-estruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido um activo intangível, sendo reconhecido um direito de cobrar aos utilizadores da infra-estrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 5.784 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infra-estrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infra-estruturas. Neste sentido a empresa procedeu ao desreconhecimento da provisão por investimento futuro no montante de 4,111,108.43 euros, que se encontrava registada tanto na rubrica de activos intangíveis como na rubrica de provisões – ver nota 6.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infra-estruturas e o de exploração e gestão da concessão, a aquaelvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infra-estruturas

concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, Aparelhos e Ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 5 - Elementos Diversos	3 a 8 anos

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infra-estruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infra-estruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para

utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

- Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

- Outros Instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

- Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados acumulados negativos.

- Resultado Líquido do Período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício

3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na Empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

- Clientes e dívidas a receber:

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o

valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrábilidade da dívida.

- Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

- Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

- Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

L
✓

3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal Cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, custos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2010.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:

	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Fornecedores C/C				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		93,117.22		77,282.70
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Fornecedores C/C				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Badajoz)		16,788.50		25,394.75
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Fornecedores de Investimentos				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		348,160.59		546,694.67
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
Devedores e Credores Diversos				
Aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)		65,429.57		
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado pendente de facturação. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>				
	Total	523,495.88		649,372.12

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas contas de Activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o que a seguir se apresenta:

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2010	Ajustes	Novo Saldo 31.12.2010	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2011
Activos fixos tangíveis						
Equip. básico	115,850.89		115,850.89			115,850.89
Equip. administrativo	37,339.00		37,339.00	1,875.52	(17,329.41)	21,885.11
Total	153,189.89		153,189.89	1,875.52	(17,329.41)	137,736.00

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Activos fixos tangíveis						
Equip. básico	26,817.97		26,817.97	13,302.36		40,120.33
Equip. administrativo	15,838.64		15,838.64	2,766.32	(10,965.26)	7,639.70
Total	42,656.61		42,656.61	16,068.68	(10,965.26)	47,760.03
Saldo líquido	110,533.28		110,533.28	(14,193.16)	(6,364.15)	89,975.97

ACTIVO BRUTO	Saldo em 31.12.2010	Ajustes	Novo Saldo 31.12.2010	Aumentos e Reavaliações	Transferências	Saldo em 31.12.2011
Activos intangíveis						
em Firme					972,526.93	972,526.93
em Curso	5,783,648.07	(4,111,108.43)	1,672,539.64	916,970.77	(972,526.93)	1,616,983.48
Total	5,783,648.07	(4,111,108.43)	1,672,539.64	916,970.77		2,589,510.41

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Activos intangíveis						
em Firme				86,446.84		86,446.84
Total				86,446.84		86,446.84
Saldo líquido	5,783,648.07	(4,111,108.43)	1,672,539.64	830,523.93		2,503,063.57

Ver política contabilística 3.1 no que respeita à coluna de ajustes.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No período findo a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2011		Ano 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto Sobre o Rendimento				
Estimativa IRC		12,009.23	578.75	
Retenções Rendimentos Capitais	1.43		1.43	
Imposto a Recuperar	3,715.16			
Retenção de Impostos Sobre Rendimentos				
Trabalho Dependente		2,290.00		6,700.00
Trabalho Independente		41.52	235.93	
Prediais		416.90		529.40
Imposto Sobre O Valor Acrescentado (IVA) *				

10. FINANCIAMENTOS

As Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, correntes e não correntes, apresentavam em 31 de Dezembro de 2011, a seguinte discriminação:

	Ano 2011	Ano 2010
Passivo não corrente		
Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários		923,299.19
Total		923,299.19

	Ano 2011	Ano 2010
Passivo corrente		
Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	1,492,878.66	
Total	1,492,878.66	

Nota: Os valores constantes da rubrica Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras são referentes a uma linha de crédito no montante de 2 milhões de euros sobre o Banco Caixa Geral, dos quais se encontravam por utilizar à data de 31 de Dezembro de 2011 cerca de 507 mil euros e a um descoberto bancário contabilístico pontual.

11. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica de Fornecedores C/C reflecte as facturas em aberto, por pagar a fornecedores diversos à data de 31 de dezembro de 2011.

	Ano 2011	Ano 2010
Fornecedores		
Fornecedores C/C	590,116.96	397,078.51
Total	590,116.96	397,078.51

No período findo a 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outras Contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2011	Ano 2010
Passivo não corrente		
Outras Contas a Pagar		
Relativas a Investimentos Reversíveis (nota 3.10)	427,526.70	321,185.26
Total	427,526.70	321,185.26

	Ano 2011	Ano 2010
Passivo corrente		
Outras Contas a Pagar		
Pessoal	16,176.09	
Fornecedores de Investimentos	348,160.59	546,694.67
Credores por Acréscimos de Gastos	258,525.18	260,765.66
Devedores e Credores Diversos	144,812.40	148,035.96
Total	767,674.26	955,496.29

12. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Vendas	979,585.13	1,033,687.09
Serviços Prestados	928,955.22	969,975.33
Subcontratos (2)	916,970.77	981,423.36
Total	2,825,511.12	2,985,085.78

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

13. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2011 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Mercadorias	Ano 2010 Matérias-primas	Total
Existências Iniciais		27,740.71	27,740.71
Compras		777,650.41	777,650.41
Regularização de Existências			
Existências Finais		34,191.20	34,191.20
CMVMC		771,199.92	771,199.92

	Mercadorias	Ano 2011 Matérias-primas	Total
Existências Iniciais		34,191.20	34,191.20
Compras		612,239.90	612,239.90
Regularização de Existências			
Existências Finais		29,150.59	29,150.59
CMVMC		617,280.51	617,280.51

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Subcontratos (2)	920,853.27	1,010,117.84
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	323,635.76	303,350.25
Publicidade e Propaganda	4,902.86	18,237.53
Vigilância e Segurança	878.68	844.20
Honorários	10,000.00	9,750.00
Conservação e Reparação	80,030.20	93,740.37
Materiais		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	5,643.06	22,884.71

	Ano 2011	Ano 2010
Livros e Documentação Técnica		50.76
Material de Escritório	8,268.56	9,799.82
Artigos para Oferta		272.97
Outros	512.20	
Energia e Fluidos		
Electricidade	139,999.93	160,349.83
Combustíveis	22,288.62	24,045.72
Reagentes	4,788.65	4,161.51
Deslocações, Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	4,234.42	3,950.83
Transportes de Pessoal	50.00	
Transportes de Mercadorias	42.92	
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	65,120.13	48,677.08
Comunicação	76,279.43	64,450.04
Seguros	5,225.01	6,630.28
Contencioso e Notariado	204.00	250.00
Despesas de Representação	6,760.59	8,040.90
Limpeza, Higiene e Conforto	5,012.46	3,616.45
Total	1,684,730.75	1,793,221.09

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infra-estruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

15. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Custos com o Pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Remunerações	285,472.17	289,981.03
Encargos Sociais	62,885.43	57,086.25
Seguros de Acidentes de Trabalho	4,778.10	4,769.99
Gastos de Acção Social (SHT)	15,853.41	7,839.06
Outros Gastos com o Pessoal	11,779.99	12,588.68
Total	380,769.10	372,265.01

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2011 de 18 pessoas.

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Outros Rendimentos e Ganhos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Subsídios à Exploração		1,345.42
Proveitos de Períodos Anteriores		12.00
Regularização de Saldos	2,841.34	93.25

	Ano 2011	Ano 2010
Outros Rendimentos e ganhos	1,824.46	16.79
Rendimentos Suplementares	39,250.75	
Total	43,916.55	1,467.46

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outros Gastos e Perdas era o seguinte:

	Ano 2011	Ano 2010
Impostos e Taxas	11,472.79	12,933.50
Dívidas Incobráveis		5,819.92
Donativos	220.00	650.00
Quotizações	320.00	
Multas e Penalidades	1,847.27	
Gastos de Periodos Anteriores	3,238.32	42,321.84
Serviços Bancários	2,218.05	3,847.61
Total	19,316.43	65,572.87

18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

A 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica de apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Activos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico	13,302.36	13,302.36
Equipamento Administrativo	2,766.32	8,014.04
Activos Intangíveis		
Investimentos Futuros	192,788.28	192,788.28
Total	208,856.96	214,104.68

19. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de Resultados Financeiros apresentava em 31 de Dezembro de 2011 a seguinte composição:

	Ano 2011	Ano 2010
Juros obtidos		
Juros e rendimentos similares obtidos		37.10
Total		37.10
Juros Suportados		
Juros de Financiamentos Obtidos	56,629.47	15,524.23
Total	56,629.47	15,524.23
Resultados Financeiros	(56,629.47)	(15,487.13)

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2011	Ano 2010
Resultado Líquido do Período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(113,549.87)	(248,428.67)
Amortização de Investimentos Reversíveis não aceites	427,526.70	
Donativos	220.00	650.00
IRC e Outros Impostos Incidentes Sobre Lucros	15,394.32	3,131.21
Multas, Coimas, Juros Compensatórios e Demais Infracções	1,847.27	
Correcções de Períodos Anteriores	3,238.32	42,321.84
Dívidas Incobráveis		5,819.92
Lucro tributável	334,676.74	(196,505.70)
Prejuízos reportados de anos anteriores 2008	(3,384.97)	
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009	(111,491.71)	
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010	(196,505.70)	
Matéria colectável	23,294.36	(196,505.70)
Imposto à taxa de 12,50% (a)	1,562.50	
Imposto à taxa de 25,00% (b)	2,698.59	
Pagamento Especial por Conta	3,385.09	3,715.16
IRC a Pagar	876.00	(3,715.16)
Derrama	2,510.08	
Tributações Autónomas	8,623.15	3,131.21
Total a Pagar	12,009.23	(583.95)
Imposto do Período	15,394.32	3,131.21

(a) Incide sobre a matéria colectável até 12.500,00 euros.

(b) Incide sobre a matéria colectável superior a 12.500,00 euros.

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

21.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2011, não existiam na aquaelvas activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

21.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal de Elvas, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2011	Ano 2010
Aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.	1,800,000.00	1,800,000.00
Total	1,800,000.00	1,800,000.00

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aqualvas - Águas de Elvas, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, as quais incluem as decorrentes da adopção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;

- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A, nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2011 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2011 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2011, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 12 de Julho de 2012

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

Ernst & Young refers to the global organization of member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients.

For more information, please visit www.ey.com

